

A Marinha na Primeira Guerra Mundial*

Adelino Rodrigues da Costa
Capitão-tenente



A Marinha de Guerra Portuguesa. Aos seus irmãos de armas. Padrão de homenagem ao soldado desconhecido

* Adaptado da *Revista da Armada*, edições 283/Janeiro e 284/Fevereiro, 1996.

No dia 23 de Fevereiro de 1916 e a pedido da Inglaterra, o Governo Português decidiu apresar todos os navios alemães refugiados em portos portugueses, tendo cabido à Marinha a execução dessa decisão política. Como resposta, no dia 9 de Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal, numa altura em que já tinham sido adoptadas algumas medidas de protecção militar nos territórios de Angola e Moçambique, então fortemente cobichados pelos alemães. Envolvida nesse primeiro conflito mundial, a Marinha Portuguesa deu um significativo contributo ao esforço de guerra, que 100 anos depois evocamos.

No dia 28 de Junho de 1914, durante uma visita do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro à província da Bósnia, que fora anexada pela Áustria em 1908, o jovem estudante sérvio Grailo Princip atingiu mortalmente em Sarajevo o arquiduque e a duquesa, sua mulher. De imediato, a Áustria acusou a Sérvia de ter organizado o atentado. No dia 24 de Julho, as autoridades austríacas exigiram a presença da sua polícia em Belgrado para proceder a investigações, mas a Sérvia recusou essa pretensão. Quatro dias depois o Império Austro-Húngaro fez-lhe uma declaração de guerra.

Nos dias seguintes muitas nações europeias deram corpo às suas rivalidades e ambições, decidindo tomar partido no conflito iniciado. A Alemanha, a Bulgária e a Turquia aliaram-se à Áustria-Hungria, enquanto a França, a Rússia e a Inglaterra tomavam o partido da Sérvia.

A NEUTRALIDADE PORTUGUESA

Conhecida a declaração de guerra, o Governo Português pela voz de Bernardino Machado, afirmou imediatamente que, embora desejássemos a neutralidade, “*a Inglaterra em qualquer caso nos teria a seu lado*”, ao mesmo tempo que procurava, sem demora, que fosse estudada “*a defesa das nossas colónias de África contra golpe de mão alemão*”.

Contactada diplomaticamente a Inglaterra, ficou a saber-se que, por vontade da “velha aliada”, a posição mais recomendada a tomar por Portugal deveria ser a de uma neutralidade não expressa. Nessas condições, no dia 7 de Agosto de 1914, o Governo fez uma declaração oficial ao Congresso, especialmente reunido para o efeito, à qual todos os grupos parlamentares manifestaram o seu apoio, embora as declarações produzidas já denunciassem diferentes intenções. Afonso Costa, pelos Democráticos (Partido Republicano Português) afirmou a conveniência de acompanhar a Inglaterra e

“compartilhar dos seus reveses e das suas vitórias”, enquanto António José de Almeida, pelo Partido Evolucionista, foi um pouco mais longe, dizendo *“vamos para a guerra, porque indo para a guerra colocamo-nos ao lado da solidariedade humana”*. Os outros líderes, como Machado Santos, o fundador da República e figura central dos “Independentes”, Brito Camacho pelos “Unionistas” e o socialista Manuel José da Silva, também apoiaram a declaração oficial, mas adoptaram posições mais moderadas.

ACÇÕES PRELIMINARES

As colónias portuguesas em Africa eram então muito cobiçadas, sendo mais ou menos conhecidos os planos alemães para ocupar o sul de Angola, o norte de Moçambique e o arquipélago de S. Tomé e Príncipe. De resto, nesse mesmo mês de Agosto, o posto português de Maziúá, no norte de Moçambique, fôra atacado por uma força da vizinha colónia alemã do Tanganica e, em meados do mês seguinte, um grave incidente ocorrera no sul de Angola com uma pequena força alemã.

Nessas condições, em Novembro, o Congresso da República aprovava uma proposta que autorizava o Governo *“a intervir militarmente na actual luta armada internacional, como e quando julgue necessário aos altos interesses e deveres da Nação livre e aliada da Inglaterra”*, a qual teve o entusiástico apoio dos Democráticos e dos Evolucionistas, que eram então as duas maiores forças parlamentares.

Pelos primeiros disse Afonso Costa: *“não vejo que Portugal se afirme como ele é, e como quer ser, senão tomando parte nos combates que se travam na Europa, para onde todo o mundo olha”*. Pelos segundos afirmou António José de Almeida: *“entremos na fornalha ardente onde se estão caldeando os destinos de tantas nações, e contribuamos com todo o esforço pela causa da liberdade”*.

OS PRIMEIROS EXPEDICIONÁRIOS

Porém, a intervenção na defesa das colónias africanas estava em curso desde o anúncio do início das hostilidades. No dia 9 de Setembro de 1914, o cruzador “S. Gabriel” largara para Cabo Verde para proteger os cabos submarinos que na ilha de S. Vicente ligavam três continentes e, no dia 11 de Setembro, o Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga, acompanhado pelo Ministro da Marinha, Capitão-de-fragata Augusto Neuphart, assistia a bordo do cruzador “Adamastor”, fundeado na baía de Cascais, à passagem



Sargentos que integravam um dos primeiros destacamentos expedicionários de Marinha, para África.

do primeiro grande comboio de tropas para o Ultramar, que nesse dia largou do Tejo, e que era constituído pelo paquete português “Moçambique” e pelo paquete inglês “Durham Castle”, sob escolta do cruzador “Almirante Reis” e das canhoneiras “Ibo” e “Beira”. A “Ibo” ficou em Cabo Verde, a “Beira” seguiu para Luanda e o cruzador “Almirante Reis” navegou até Porto Amélia escoltando o paquete inglês que transportava tropas para o norte de Moçambique.

Este acontecimento marcou o início da reacção portuguesa aos propósitos hostis dos alemães contra o sul de Angola, a partir da actual Namíbia, e contra o norte de Moçambique, a partir da actual Tanzânia.

Seguiu-se a partida de outros contingentes militares. No dia 5 de Novembro, partiu para o sul de Angola um Batalhão de Marinha, comandado pelo Capitão-tenente Coriolano da Costa e, no dia 22 de Novembro, uma força de Marinha seguiu para Cabo Verde.

Em Dezembro as tropas do Tenente-coronel Alves Roçadas foram derrotadas pelos alemães junto de Naulila, enquanto saíam de Lisboa novos contingentes de tropas a bordo dos paquetes “Ambaca” e “Peninsular”, outros se lhe seguindo nos meses seguintes.

Quando, mais tarde, a Alemanha declarou guerra a Portugal, já havia 1217 oficiais e 30.390 soldados portugueses em África e cerca de 20.000 soldados do recrutamento local.

A INSTABILIDADE POLÍTICA INTERNA



O “Vasco da Gama” na Divisão Naval em 1916/17. Capitão-de-fragata Leotte do Rego e oficiais.

Em Dezembro de 1914 o Governo de Bernardino Machado demitiu-se e o Presidente da República escolheu o Partido Democrático para formar Governo, tendo esse encargo cabido ao Capitão-tenente Vitor Hugo de Azevedo Coutinho. Porém, quando se impunha uma política de unidade em torno do interesse nacional, no dia 25 de Janeiro de 1915, um golpe de estado derrubou o Governo e substituiu-o por um outro em que o General Pimenta de Castro foi, simultaneamente e durante alguns dias, presidente do Ministério e ministro de todas as pastas.

A política de não beligerância foi continuada mas, apesar disso, no dia 3 de Fevereiro, o cruzador “Adamastor” saíu de Lisboa comboiando os paquetes “Ambaca” e “Portugal” e o francês “Britannia” com tropas que iam reforçar os contingentes já estacionados no sul de Angola.

No entanto, os dois principais partidos políticos e grande parte da opinião pública não aceitava a situação de progressiva subalternidade que mantínhamos em relação à Inglaterra, facilitando-lhe trânsitos, acções navais anti-germânicas nas nossas águas e apoios portuários, nem tão pouco as frequentes humilhações que os alemães nos infligiam nas colónias e à nossa navegação mercante. Havia um desejo de entrar na guerra porque Portu-

gal tinha interesses próprios a acautelar e tinha vantagens em participar na Conferência de Paz, “*de pleno direito e sem a tutela inglesa*”, que noutras ocasiões tão inglória fôra para o país, nomeadamente por ocasião do Ultimato de 1890, que tanto inflamara o fulgor republicano.

Era um anseio de protagonismo mundial que impulsionava a vontade de intervir na guerra, “*não apenas em África, onde tudo se apagaria na distância, mas na Europa, sobre que tinham fixos os olhos aqueles perante quem, mais tarde, teríamos que invocar serviços para defender direitos*”.

O descontentamento aumentava e sob inspiração dos “Democráticos” e de uma Junta Revolucionária de 5 membros de que faziam parte o Capitão-tenente Freitas Ribeiro e o Major Norton de Matos, no dia 14 de Maio de 1915 a Marinha e o cruzador “Vasco da Gama” demitiram o governo ditatorial de Pimenta de Castro¹, numa acção armada dirigida pelo Capitão-de-fragata Leote do Rego que conduziu à formação de um Governo presidido por José de Castro.

Depois do movimento de 14 de Maio o Dr. Manuel de Arriaga renunciou ao seu cargo de Presidente da República, sendo substituído por Teófilo Braga até à eleição do novo Presidente. Vencedor das eleições presidenciais, Bernardino Machado assumiu funções em Outubro de 1915, tendo José de Castro apresentado a demissão do seu Governo e sendo a incumbência de

¹De acordo com um plano estabelecido, Leote do Rego tomou, pouco antes das 3 horas da madrugada de 14 de Maio de 1915, uma pequena embarcação no Cais do Sodré. Ia à paisana e dirigiu-se ao cruzador “Vasco da Gama”, onde a conjura estava preparada. Estava-se em regime de prevenção rigorosa e toda a guarnição estava a bordo. O comandante do navio, Capitão-de-mar-e-guerra Assis Camilo, passeava na tolda àquela hora, suspeitando talvez do que se passava e ao ver aproximar-se uma embarcação na escuridão da noite, ordenou que a não deixassem atracar. Não foi obedecido. A marinhagem agitou-se e ouviram-se alguns tiros. A embarcação atracou e Leote do Rego gritou: “*Marinheiros! Viva a República! Viva a Constituição!*” Subiu o portaló e saltou na tolda, prendendo os oficiais fiéis ao Governo. Só então soube que o comandante, que era seu amigo pessoal, fôra assassinado. Foi dado o sinal combinado aos outros navios e o “Vasco da Gama” e o “Almirante Reis” iluminaram inesperadamente o casario da cidade com os seus holofotes. Era o sinal de revolta da Marinha contra o Governo de Pimenta de Castro. À mesma hora o Capitão-tenente Freitas Ribeiro dominava o Quartel de Marinheiros em Alcântara. Pouco depois, apoiados por civis e pelo sector do Exército conhecido por “jovens turcos”, os revoltosos controlavam os navios (“Vasco da Gama”, “Almirante Reis”, “S. Gabriel”, “Adamastor”, “República” e “Douro”), o Quartel de Marinheiros, o Arsenal da Marinha e outros locais estratégicos da cidade. Ao amanhecer, Leote do Rego redigia na ponte a seguinte mensagem dirigida ao General Pimenta de Castro:

“*O comandante das forças navais que aderiram à revolta contra a ditadura, cumprimenta V. Exa e aos seus colegas, mas convida-os a dar imediatamente por finda a sua obra, incompatível com o sentimento nacional*” Ao fim da tarde, depois de muitos combates e desvarios, que causaram cerca de 200 mortos e um milhar de feridos, o Governo demitia-se.

formar o novo Ministério aceite por Afonso Costa.

Depois da instabilidade política e das acusações feitas ao Governo de Pimenta de Castro nos primeiros meses de 1915, a tomada do poder pelos “Democráticos” deu grande alento aos partidários da intervenção na guerra. A própria oposição evolucionista, pela voz de António José de Almeida, não considerava aquele um governo nacional, mas tão só “um governo retintamente partidário saído exclusivamente do Partido Democrático”, afirmando-lhe uma oposição “tenaz, formal e intransigente”, embora defendesse a intervenção na guerra e esperasse que fossem apreciados “*com justiça, os actos do governo do general Pimenta de Castro*”.

A DIVISÃO NAVAL DE DEFESA E INSTRUÇÃO



Divisão naval em exercícios.

Na linha intervencionista defendida pelos “Democráticos”, entre os quais pontificavam muitos oficiais da Marinha², no dia 5 de Julho de 1915 foi constituída a Divisão Naval de Defesa e Instrução, com o cruzador “Vasco da Gama” como navio-chefe e o Capitão-de-fragata Leote do Rego como seu

²Durante a vigência da Primeira República não estava vedada aos militares a actividade político-partidária e, por exemplo, entre os 222 deputados constituintes eleitos em 1911, encontravam-se 24 oficiais da Armada.

comandante supremo. Desse agrupamento de navios faziam parte os cruzadores “Vasco da Gama”, “Almirante Reis” e “Adamastor”, os contratorpedeiros “Guadiana” e “Douro”, os torpedeiros N^o1 e N^o2, o submarino “Espadarte” e o vapor “Lidador”.

Na base dessa decisão encontrava-se a forte probabilidade de uma intervenção na guerra, pelo que as missões definidas para a Divisão Naval já reflectiam esse espírito: assegurar a escolta aos numerosos transportes de tropas portuguesas destinadas a França e África, assim como aos navios mercantes nacionais em trânsito para as ilhas adjacentes e ultramar; patrulha e defesa do litoral continental, das barras do Tejo e Douro, do porto de Leixões e da baía de Lagos; estabelecimento de barragens anti-submarinas, rocega de minas à entrada dos principais portos e lançamento de campos de minas; patrulha e defesa das águas dos Açores, Madeira e Cabo Verde e, ainda, participação na defesa do Ultramar com forças navais e batalhões para cooperar em terra com forças do Exército.

O BATALHÃO DE MARINHA NO SUL DE ANGOLA



Oficiais do Batalhão de Marinha em Angola.

As pretensões alemãs sobre as colónias portuguesas já se exerciam antes do início das hostilidades na Europa e, à sombra da acção missionária, os alemães vinham minando a autoridade portuguesa no sul de Angola, ao mesmo tempo que vinham armando os povos do Cuamato e do Cuanhama. Foi nesse contexto que o Governo decidiu enviar um Batalhão de Marinha para o sul de Angola, com carácter de urgência. Foi grande a azáfama no Quartel de Marinheiros, em Alcântara. Em menos de uma semana, com base em voluntários, foi formado o Batalhão com três companhias a dois pelotões, duas secções de metralhadoras e serviço de saúde com três médicos. Eram 18 oficiais, 33 sargentos e 512 praças, comandados pelo Capitão-tenente Coriolano da Costa.

O Batalhão de Marinha embarcou no “Beira” no dia 5 de Novembro de 1914 e desembarcou em Moçâmedes dezoito dias depois, tendo-lhe sido concedido que levassem a bandeira do Corpo de Marinheiros da Armada. Incorporados nas forças do General Pereira d’Eça, os marinheiros estacionaram durante alguns meses em postos avançados, sob um clima tórrido, sem água e sem abastecimentos. A doença começou a dizimar o Batalhão e, em Julho de 1915, ele reduzia-se a 15 oficiais e 314 sargentos e praças. Entre os doentes que foram evacuados encontrava-se o seu comandante e o Primeiro-tenente Carvalho Araújo, pelo que assumiu o comando das forças de Marinha o Capitão-tenente Afonso Júlio de Cerqueira, que acabava de ser promovido e que já se destacara em combate.

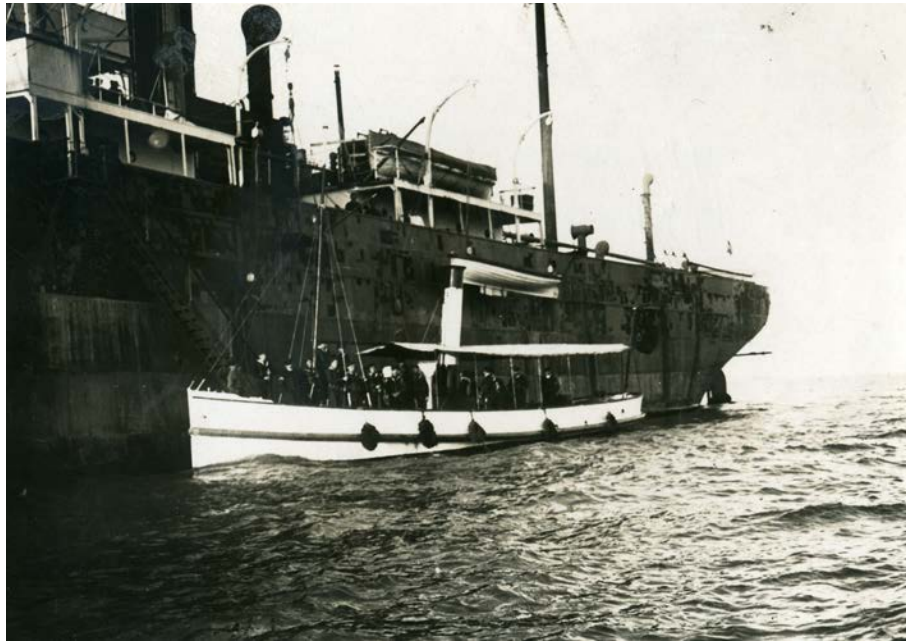
Reagrupadas as forças de Marinha, foram então integradas numa coluna militar de 2.500 homens que se deslocou para outra área.

Depois de penosas marchas, a coluna acampou em Môngua no dia 17 de Agosto e foi neste local que, durante 4 dias, resistiu e dominou um assalto de cerca de 12.000 cuanhamas bem armados.

No seu relatório, o General Pereira d’Eça escreveu: “*Todas as unidades cumpriram o seu dever por forma a justificar o grande orgulho que tinha em comandá-las, porém, julgo de especial menção, o Batalhão de Marinha. Esta unidade mostrou sempre a maior correcção, a nítida compreensão dos seus deveres cívicos e militares, tanto no período que antecedeu as operações como durante as operações. Foi, sem o menor exagero, uma unidade de elite, cuja ténpera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas, a mais esforçada nos combates...*”

A DECLARAÇÃO DE GUERRA

No dia 23 de Fevereiro de 1916 pelas 17 horas e 50 minutos, a pedido da Inglaterra, o Governo Português tomava conta de todos os navios alemães refugiados em portos portugueses.



O vapor *Cisne* junto a um navio alemão, conduzindo forças de Marinha para tomar posse do mesmo em Fevereiro de 1916.

Equipas de marinheiros embarcadas nos vapores “Albatroz”, “Cabo da Roca”, “Cisne”, “Josefina”, “Sempre a Andar” e “Trafaria”, sob a direcção do Capitão-de-fragata Leote do Rego, embarcado no contratorpedeiro “Douro”, abordaram e fizeram içar o pavilhão português em substituição da bandeira germânica a bordo dos 35 navios alemães e um austro-húngaro surtos em Lisboa. Coube então ao cruzador “Vasco da Gama” salvar com 21 tiros à bandeira nacional, diante de Lisboa ³. Era a nossa entrada na Guerra.

Porém, só a 9 de Março a Alemanha declarou guerra a Portugal, através de uma declaração que afirmava: “*A apreensão dos navios realizou-se sob*

³Para além dos 36 navios apreendidos em Lisboa, foram depois apreendidos mais 36 navios, respectivamente em S. Vicente de Cabo Verde (8), Mormugão (6), Funchal (4), Lourenço Marques (4), Luanda (3), Ponta Delgada (3), Horta (2, incluindo a galera “Max” que foi transformada no navio-escola “Sagres”), Moçambique (2), Porto (1), Setúbal (1) e Beira (1).

formas em que deve ver-se uma intencional provocação. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa. O navio-almirante salvou por esta ocasião.



Lugre “Ligeiro” ao largo da Figueira da Foz depois de ter sido afundado por um submarino alemão em Agosto de 1917.

O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se, de agora em diante, como achando-se em estado de guerra com o Governo Português”.

No dia seguinte, em sessão conjunta das duas câmaras do Parlamento e com a presença do Presidente da República, dos membros do Governo e do Corpo Diplomático, todas as forças partidárias se manifestaram no sentido de autorizar o Governo a tomar as providências necessárias para enfrentar a situação e, poucos dias depois, foi constituído um novo governo de coligação entre “Democráticos” e “Evolucionistas” a que se chamou a União Sagrada e a que presidiu António José de Almeida.

Dois meses depois, a 18 de Maio, uma revista naval realizada a oeste de Belém, com o cruzador “Almirante Reis” à testa da Divisão Naval, assinalava a prontidão operacional da Marinha. A bordo do cruzador “Vasco da Gama”, o Chefe do Estado, Dr. Bernardino Machado, passou revista à nossa frota, acompanhado pelo Governo e pelo Corpo Diplomático. Até Novembro de 1918 a Marinha iria ser chamada a importantes missões.

Quando, no dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, já algumas forças militares portuguesas, incluindo um Batalhão de Marinha e diversos navios, se encontravam nas colónias africanas de Angola e Moçambique, que os alemães tanto cobiçavam.

Porém, a partir de então, a Marinha passou a confrontar-se directamente com a acção dos submarinos e das minas alemãs, ao mesmo tempo que assegurava a defesa das nossas costas e portos continentais, o serviço de escolta aos transportes de tropas para França e para o Ultramar, além da defesa marítima dos Açores, Madeira e Cabo Verde.

Um segundo Batalhão de Marinha seguiu para Moçambique e, muitas vezes, as forças de desembarque dos navios cooperaram em acções de guerra ou de prevenção. Em Novembro de 1918, quando o conflito terminou, a Marinha tinha perdido 142 dos seus homens e alguns navios.

Se a acção da Marinha na guerra, em absoluto foi pequena, foi no entanto enorme, relativamente aos seus recursos. Teve 142 mortos, sendo 3 oficiais, 4 guardas-marinhas, 1 aspirante, 5 sargentos e 129 praças, e feridos 30, contando-se neste número 4 oficiais, 1 guarda-marinha, 4 sargentos e 21 praças. Além destas perdas, houve um grande número de combatentes que, por doenças adquiridas durante a guerra ficaram incapazes de serviço.

Contra-almirante Pereira Nunes,
in “Portugal na Grande Guerra”, 1923

Depois da apreensão dos navios alemães refugiados no porto de Lisboa, a declaração de guerra feita pela Alemanha era esperada mas, sobretudo, era desejada pelos dois partidos políticos portugueses, com base na convicção de que só ela garantiria a posse das colónias depois da guerra.

A entrada na guerra ao lado da Inglaterra fôra defendida desde sempre por importantes sectores da sociedade portuguesa, para os quais era uma atitude inevitável e uma questão de afirmação internacional. Por isso, apesar da assumida neutralidade portuguesa, logo em Setembro de 1914, um mês depois do início das hostilidades, tinham partido para a África os primeiros contingentes militares a fim de protegerem os nossos territórios das ambições alemãs.

Quando, em Março de 1916 se verificou a entrada de Portugal na guerra, já se encontravam nas colónias 1.217 oficiais, 30.390 soldados e cerca de

20.000 soldados do recrutamento local, enquanto o Batalhão de Marinha já combatera no sul de Angola.

OS COMBATES NO ROVUMA

Sob o comando do Capitão-tenente José de Freitas Ribeiro o cruzador “Adamastor” largara para a Índia Portuguesa o dia 13 de Dezembro de 1915, tendo chegado a Lourenço Marques em 11 de Fevereiro de 1916.

Porém, tendo ocorrido a declaração de guerra pouco tempo depois, o Governo ordenou a permanência do navio em Moçambique, onde teve como primeira missão o apresamento dos 7 navios alemães refugiados nos portos de Lourenço Marques (4) e, depois, na Beira (1) e na Ilha de Moçambique (2), tendo as tripulações aprisionadas sido transportadas para Lourenço Marques no paquete “Portugal”, que foi escoltado pelo “Adamastor”’.

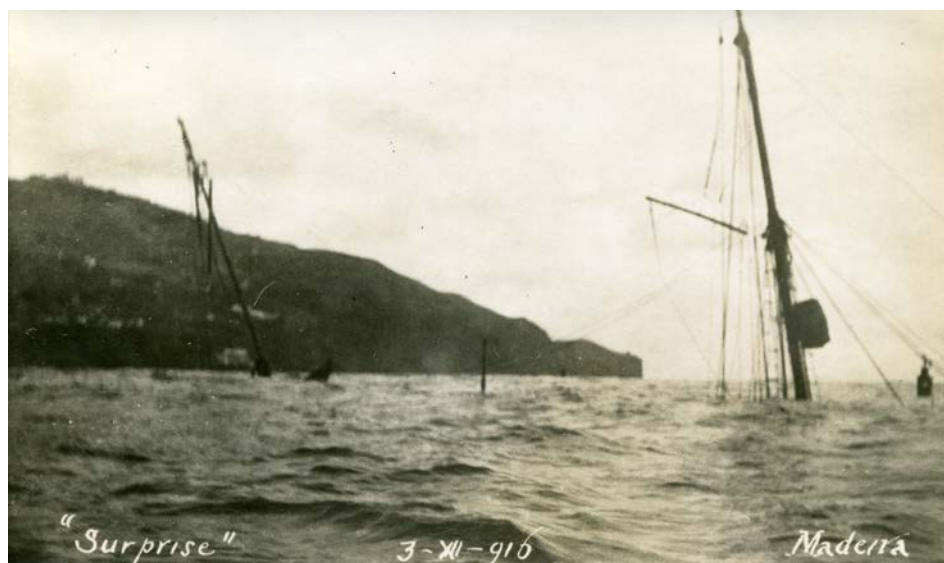
Com instruções confidenciais, o “Adamastor” partiu em 29 de Abril de Lourenço Marques para a costa Norte. Tocou primeiramente na Ilha de Moçambique, depois em Porto Amélia, em Palma e em Quionga. Na baía de Palma reuniu-se-lhe a canhoneira “Chaimite” e os dois navios foram fundear, no dia 20 de Maio, na foz do rio Rovuma, a fronteira natural entre Moçambique e a antiga África Oriental Alemã. A sua missão era a de assegurar o trânsito fluvial no Rovuma e o abastecimento dos postos militares portugueses situados na margem sul do rio, através da neutralização dos postos alemães situados na margem norte.

No dia 21, uma esquadilha de 4 embarcações com 37 homens do “Adamastor” e da “Chaimite”, comandada pelo Capitão-tenente Quirino da Fonseca, efectuou um reconhecimento da margem norte do rio, tendo desembarcado no principal posto alemão que fôra abandonado.

No dia 23, a mesma esquadilha onde se integravam os Guardas-marinhas Rodrigues Janeiro, Prestes Salgueiro e Maia Rebelo, entrou novamente no rio, mas ao passar confiadamente junto do posto que fôra abandonado dois dias antes, foi atacada pelos alemães, tendo sofrido 3 mortos e 6 feridos. Nessas condições, foi destacada uma força de 2 sargentos e 22 praças do “Adamastor” que ocupou posição junto do posto militar da ilha da Namaca, na margem sul do rio e em frente do posto alemão que atacara as embarcações portuguesas, para reforçar a sua pequena e depauperada guarnição. O “reduto da Marinha” assegurou a defesa do posto, procedeu à balizagem expedita do rio e garantiu a escolta dos pangaiois que transportavam homens e material desde a foz até aos postos da margem sul.

O assalto destinado à neutralização dos postos alemães da margem norte

ocorreu no dia 27 de Maio. Depois do bombardeamento da margem inimiga, os escaleres cheios de soldados e conduzidas por marinheiros do “Adamastor” e da “Chaimite” iniciaram a travessia do rio, aproximando-se da margem norte. Quando se aproximavam da margem, os alemães atacaram com violência e grande poder de fogo. A tragédia aconteceu. A primeira embarcação foi fortemente atingida, tendo perecido muita gente, inclusive o Guarda-marinha Rodrigues Janeiro que desapareceu nas águas do rio; alguns escaleres encalharam e também foram severamente atingidos, tendo o Guarda-marinha Maia Rebelo sido ferido. Sob intenso tiroteio e cheias de mortos e feridos, as embarcações que se puderam movimentar retiraram.



Canhoneira francesa “Surprise” afundada no porto do Funchal pelo submarino alemão U-83 em 3 de Dezembro de 1916, tendo perecido 34 homens da sua guarnição, incluindo o comandante.

Porém, outras embarcações ficaram encalhadas na margem norte, com muitos mortos e feridos. Foi então que, no posto da Namaca se avistou alguém que na margem inimiga e junto das embarcações encalhadas, agitava uma bandeira portuguesa. Decidido, o Guarda-marinha Prestes Salgueiro dirigiu-se, a nado e sozinho, até à outra margem, trazendo às costas o único sobrevivente que encontrara: um Tenente de Infantaria e a sua bandeira.

Durante todo o período de guerra, o “Adamastor” manteve-se na costa de Moçambique e prestou grandes serviços, sobretudo através da sua força de desembarque, quer em Quelimane quando estava ameaçada pelas tropas do general von Letow, quer no Barué, quer ainda no norte de Moçambique.

A GUERRA NA MADEIRA

A defesa marítima da Madeira apenas dispunha de 3 embarcações de patrulha, respectivamente a “Dory”, a “Dekade I” e a “Mariano de Carvalho”, que dispunham de uma peça de 47 mm cada uma, distribuído-se pela sua guarnição mista um pequeno destacamento de 20 praças. A sua presença era pouco mais que simbólica e, sobretudo, dissuasora. Apesar disso, no dia 3 de Dezembro de 1916, o submarino alemão U-83 entrou no porto do Funchal e afundou 3 navios aliados que estavam fundeados no porto, bombardeando depois a cidade. Mais tarde, no dia 12 de Dezembro de 1917, foi o submarino U-155 que bombardeou a cidade do Funchal, causando alguns mortos e feridos e avultados prejuízos materiais.

AS CANHONEIRAS EM CABO VERDE



Vapor brasileiro “Guahiba”, torpedeado no porto de S. Vicente.

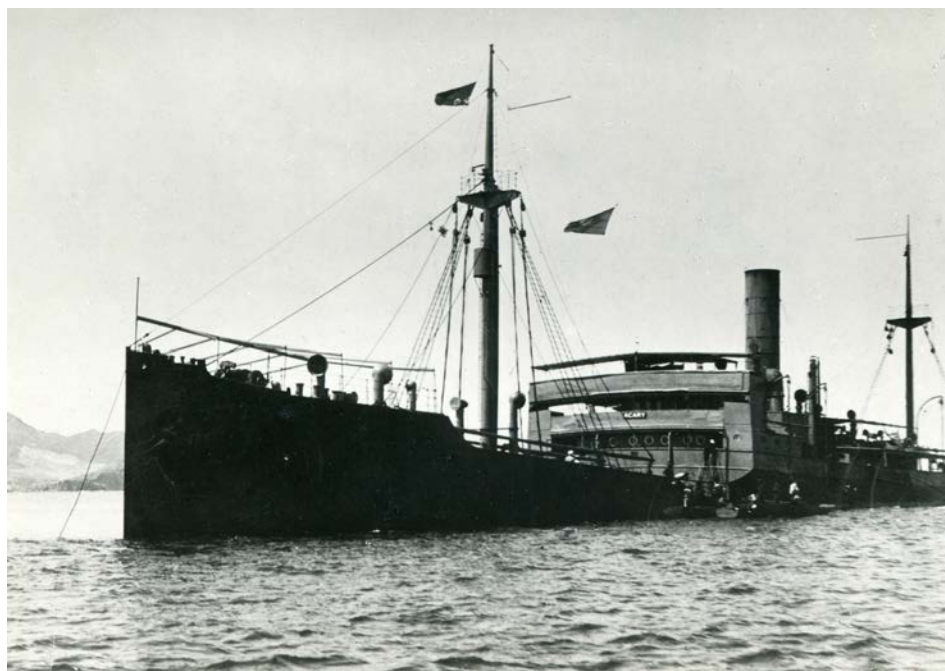
O cruzador “S. Gabriel” foi o primeiro navio a seguir para Cabo Verde, porquanto no seu importante porto carvoeiro de S. Vicente, então um dos portos de maior movimento no mundo, amarravam os cabos submarinos, além de que 8 navios mercantes alemães nele se tinham refugiado. Pouco

tempo depois chegou uma força constituída por 89 sargentos e praças, comandada pelo Primeiro-tenente Joaquim Costa, destinada à defesa das instalações portuárias.

Depois o “S. Gabriel” largou de Cabo Verde para Angola, tendo chegado a canhoneira “Ibo”, a seguir a canhoneira “Beira” e, mais tarde, a canhoneira “Bengo”, a fim de garantirem a defesa marítima de Cabo Verde, incluindo a protecção dos portos, a guarda dos navios mercantes alemães e a segurança do cabo submarino.

Após entrada na guerra, foi a força de Marinha e a canhoneira “Beira” que apressaram os navios alemães fundeados em S. Vicente, tendo as respectivas tripulações sido internadas na ilha de S. Nicolau, sob a guarda de um destacamento de Marinha comandado pelo Primeiro-tenente Garcez de Lencastre, Delegado Marítimo na cidade da Praia. A partir de então, uma esquadra inglesa estacionou regularmente em S. Vicente durante alguns meses, assumindo as canhoneiras a missão de lhe garantir segurança no porto contra as incursões de submarinos alemães.

A presença da esquadra inglesa em S. Vicente era demasiado tentadora para eles, mas as canhoneiras portuguesas não lhes davam tréguas.



“Acary” encalhado em S. Vicente de Cabo Verde.

Encontraram-se várias vezes, sem nunca terem entrado em combate directo. Na noite de 4 de Dezembro de 1916 verificou-se o primeiro alarme de submarino alemão, mas muitos outros se lhe seguiram. Num deles, ocorrido na manhã do dia 2 de Novembro de 1917, o submarino alemão U-151 entrou no porto em imersão e afundou os navios brasileiros “Guahiba” e “Acary”, que estavam fundeados.

O TRANSPORTE DO C.E.P. DE LISBOA PARA BREST



Marinheiros portugueses em Brest. As guarnições do “Gil Eanes” e “Guadiana” numa parada que se realizou no Cours Dayot no dia 14 de fevereiro de 1918 para distribuição de medalhas. O almirante francês Mareau retribuindo a continência dos marinheiros portugueses.

A 26 de Janeiro de 1917 partiu para França o primeiro contingente militar português comandado pelo coronel Gomes da Costa.

O serviço de transporte dos sucessivos contingentes do C.E.P. destinados a França foi regularmente assegurado por 8 grandes navios de transporte postos à nossa disposição pelos Ingleses e pelos cruzadores-auxiliares “Pedro Nunes” e “Gil Eanes”, escoltados pelos contratorpedeiros “Douro” e “Gua-

diana”, algumas vezes por contratorpedeiros britânicos, outras vezes sem qualquer escolta. A Marinha prestou 148 escoltas a navios, representando cerca de meio milhão de toneladas e cerca de 60.000 milhas navegadas em zonas infestadas de submarinos alemães, sem que um só dos navios escoltados tivesse sido afundado.

O “Pedro Nunes”, sob o comando do Capitão-tenente Carlos Alberto Aprá, tornou-se um navio lendário pelas arriscadas viagens que fez em mares infestados de submarinos alemães, na Biscaia, na Mancha e nos acessos ao porto de Brest, seu habitual destino. Nas 12 viagens que realizou fez o transporte de cerca de 6.000 homens, por vezes sem qualquer escolta, sempre sem incidentes e enfrentando, tal como os outros navios, os grandes temporais da Biscaia e da Mancha. Em Plymouth e Brest chamavam-lhe o “navio fantasma”.

AFUNDAMENTO DO CAÇA-MINAS “ROBERTO IVENS”

Quando operava na rocega de minas a cerca de 12 milhas a sul de Cascais, no dia 26 de Julho de 1917 o caça-minas “Roberto Ivens” chocou com um desses engenhos e explodiu. Dos 22 homens da guarnição do navio, apenas 7 sobreviveram e, entre os 15 desaparecidos encontravam-se o comandante do navio, Primeiro-tenente Raúl Cascais, três sargentos e onze praças.

SIDÓNIO PAIS

A coligação da União Sagrada governara desde Março de 1916 a Abril de 1917, mas não resistiu às lutas políticas derivadas da situação económica e financeira, à fome e à inflação a que obrigava o esforço de guerra. António José de Almeida demitiu-se e foi Afonso Costa que voltou a formar Governo. Porém, no dia 5 de Dezembro de 1917, um movimento anti-democrático chefiado pelo Major Sidónio Pais, professor da Universidade de Coimbra e que exercera o cargo de Ministro Plenipotenciário em Berlim até à declaração de guerra, instituiu uma nova situação política.⁴ Era o prego da guerra e

⁴Aproveitando o descontentamento popular e a ausência dos mais fiéis dos oficiais democráticos na Flandres e em África, no dia 5 de Dezembro de 1917, Sidónio Pais acampou na Rotunda e no Parque Eduardo VII. O povo ficou indiferente e aproveitou para saquear as lojas da cidade e matar a fome. O Governo de Afonso Costa apenas teve a Marinha do seu lado. Vários navios tentaram opor-se ao movimento de Sidónio Pais, disparando sobre a Rotunda e, na tarde do dia 7, as forças do Capitão-tenente Afonso de Cerqueira foram derrotadas no Largo do Rato, quando tentavam atingir a Rotunda. No dia 8 o Governo demitiu-se, tendo sido nesse dia que sobre o Parque Eduardo VII foi alvejado o

nem era diferente do que se passou na Europa nesse ano de 1917, em que a maior parte os governos se demitiu ou foi violentamente derrubada.

A Junta Revolucionária destituiu o Presidente da República e, o governo de Afonso Costa, extinguiu a Divisão Naval de Defesa e Instrução, reintegrou os derrotados do 14 de Maio de 1915, levou o Capitão-de-fragata Leote do Rego ao exílio e designou Sidónio Pais para o substituir.

Cerca de um mês depois, a 8 de Janeiro de 1918, o Quartel de Marinheiros e o cruzador “Vasco da Gama”, as mesmas unidades que tinham estado na origem do movimento de 14 de Maio, tomaram a iniciativa de derrubar o Governo de Sidónio Pais, mas foram derrotadas.⁵.

UM BATALHÃO DE MARINHA EM MOÇAMBIQUE

Na sequência da tentativa frustrada de derrubar o Governo de Sidónio Pais, muitos marinheiros foram deportados para as tropas disciplinares. Porém, o Ministro da Marinha, Capitão-de-fragata Carlos da Maia, no sentido de aproveitar esses homens que “apenas tinham o defeito de ser democráticos”, tomou a decisão de formar um Batalhão de Marinha destinado a Moçambique, no qual se integrariam todos os marinheiros penalizados por motivos políticos e que tivessem estado implicados no movimento de 8 de Janeiro.

O Batalhão foi formado em Abril de 1918 e agrupava 18 oficiais e 746 praças, a que se juntaram mais 4 guardas-marinhas dos cruzadores “Adamastor” e “S. Gabriel”, além de 240 praças deportadas, que então já se encontravam em Moçambique. Comandava-o o Capitão-de-fragata Júdice Bicker, que tinha como 2º Comandante o Capitão-de-fragata Quirino da Fonseca.

O Batalhão de Marinha seguiu para Moçambique a 17 de Junho no “Lourenço Marques” e desembarcou no Mossuril no dia 3 de Agosto.

avião pilotado pelo Segundo-tenente de Administração Naval António Joaquim Caseiro, o primeiro aviador naval português, cujo avião veio a cair no Areeiro e que, 5 dias depois, faleceu no Hospital da Marinha.

⁵Pouco depois do triunfo do movimento de Sidónio Pais, as forças da Marinha compareceram desarmadas na parada comemorativa da vitória. Esse facto, determinado por uma imprudente decisão, foi considerado afrontoso pela Marinha. Como consequência desse facto, no dia 8 de Janeiro de 1918, o cruzador “Vasco da Gama”, que então se encontrava na doca seca do Arsenal de Marinha, e o Quartel de Marinheiros revoltaram-se contra Sidónio Pais, mas não tiveram sucesso. Com as caldeiras em reparação, o “Vasco da Gama” saiu da doca a reboque, mas foi atingido pela artilharia governamental instalada no Castelo de S. Jorge. No dia 14 de Dezembro de 1918, cerca de um mês após o fim da guerra, Sidónio Pais foi assassinado na estação do Rossio.



Capitão-de-fragata Quirino da Fonseca, Segundo Comandante do Batalhão Expedicionário a Moçambique.

No final do mês do mês, em duas viagens, o Batalhão foi deslocado para a região de Quelimane, então sublevada por influência alemã e até ameaçada pelas incursões do general von Letow provenientes do norte moçambicano ou do Tanganica. Embora não tivesse enfrentado combates e tivesse sofrido 85 baixas devido à pneumónica e outras doenças, a sua acção pacificadora e dissuasora foi importante, tendo sido reconhecido o “relevante serviço e inestimável auxílio com que o pessoal de marinha contribuiu para debelar o terrível flagelo que assolou a vila de Quelimane”.



Capitão-de-fragata Júdice Bicker, Comandante do Batalhão Expedicionário a Moçambique.

AÇORES

Apesar da importância estratégica dos Açores, a Marinha apenas dispunha da canhoneira “Açor” naquela área, mas o arquipélago parecia estar à margem do interesse alemão, pelo menos até ao dia 4 de Julho de 1917, quando a cidade de Ponta Delgada foi alarmada pelo ataque de um submarino alemão, que bombardeou e fez alguns estragos na parte alta da cidade. O aviso “Cinco de Outubro” estacionou então em Ponta Delgada durante algum tempo, assim como outros navios. Porém, a entrada dos Estados Unidos na guerra levou-os a “instalar-se” em Ponta Delgada em finais de 1917. Nessas condições, embora a defesa marítima ficasse mais reforçada, também deu origem a situações de conflitualidade que começavam a afectar o legítimo exercício da nossa soberania.

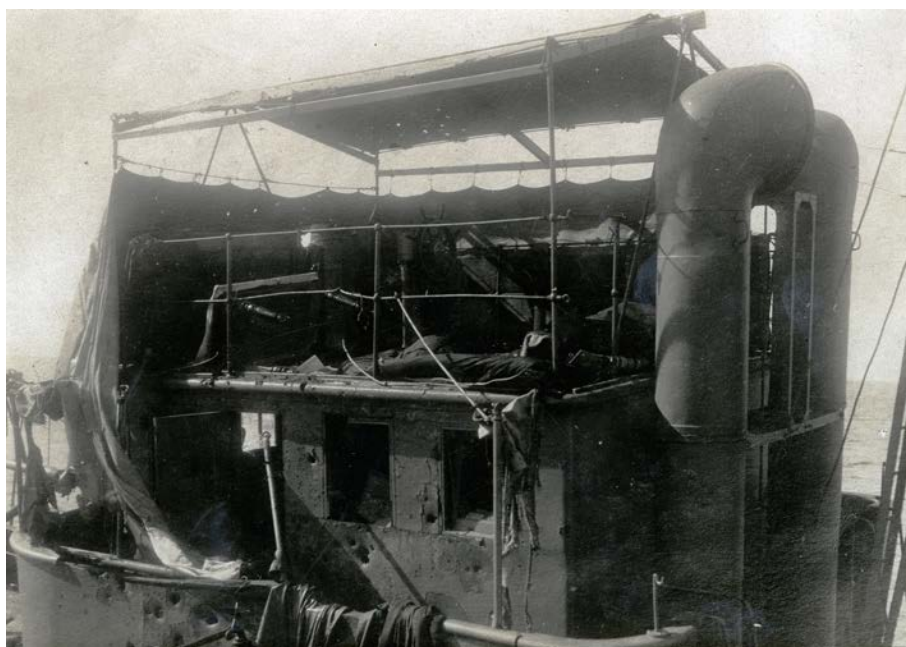
Nessas condições, em Março de 1918, o Governo decidiu deslocar para Ponta Delgada o cruzador “Vasco da Gama” e, mais tarde, também a canhoneira “Ibo”, sendo a canhoneira “Açor” deslocada para o porto da Horta.

O CRUZADOR “S. GABRIEL” NO CABO

Em Abril de 1918 saíu de Lisboa o cruzador “S. Gabriel” pessoal com destino a Moçambique. Logo no dia 28, ao largo da Madeira, o navio avistou e atacou um submarino alemão, decorrendo o resto da viagem sem novidade.

No dia 24 de Junho o navio chegou a Capetown, mas dois dias depois, porque corriam fortes boatos de um levantamento popular instigado por elementos germanófilos, as autoridades inglesas a cooperação do “S. Gabriel”, no sentido de defenderem a zona portuária em caso de emergência, porque a cidade apenas dispunha de 40 polícias. De imediato foi constituída uma força de 112 homens, comandada por um Primeiro-tenente que desembarcou e garantiu a protecção solicitada, primeiro isoladamente, e depois da chegada do cruzador inglês “Bacchante”, com forças desembarcadas desse navio. Só no dia 2 de Julho as forças do “S. Gabriel” regressaram a bordo, porque a onda de boatos não passara disso.

O COMBATE DO “AUGUSTO CASTILHO”



Ponte do “Augusto Castilho” após o combate.

O caça-minas “Augusto Castilho”, um pequeno “vapor” de 500 toneladas

que sob o nome de “Elite” era usado na pesca antes de ter sido requisitado para o serviço da Marinha, já em 23 de Março de 1918, quando em viagem da Madeira para Lisboa a comboiar o paquete “Luanda”, atacara um submarino alemão com tiros de peça. Depois, no dia 21 de Agosto, avistara e atacara um outro submarino ao largo do cabo Raso. A 14 de Outubro de 1918, teve o seu terceiro encontro com um submarino alemão e não lhe sobreviveu.

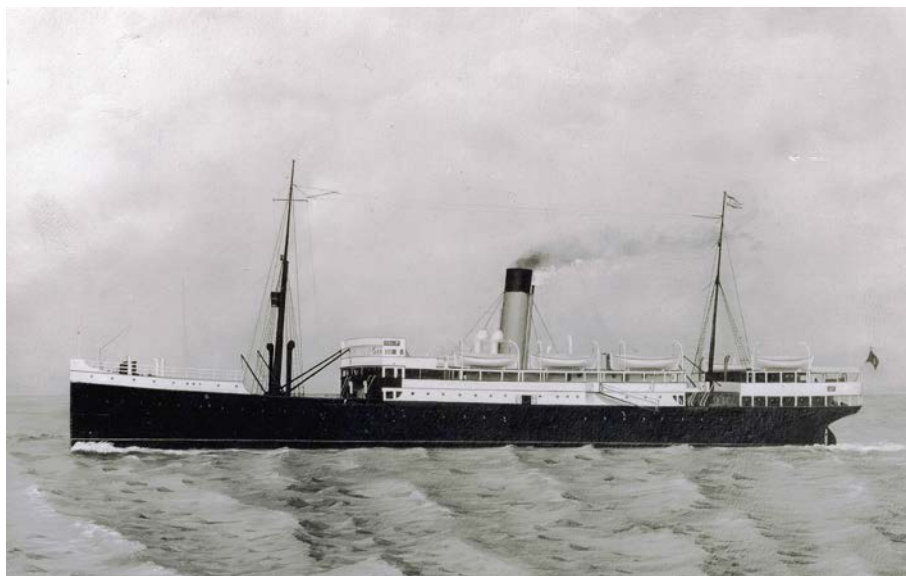
Comandado pelo Primeiro-tenente Carvalho Araújo, o “Augusto Castilho” escoltava o paquete “S. Miguel”, desarmado e cheio de passageiros, em viagem do Funchal para Ponta Delgada, quando às primeiras horas da manhã teve um encontro com o submarino alemão U-139, de cerca de 1500 toneladas. Dando tempo ao paquete para se afastar, o “Augusto Castilho” navegou em direcção ao submarino dando-lhe combate com a sua peça de 47 mm. Ao fim de algum tempo de combate, foi atingido pela artilharia de 150 mm e sofreu as primeiras baixas. Mas continuou o combate. Durante cerca de 2 horas e apesar de ter sido atingido várias vezes, o caça-minas conseguiu garantir que o “S. Miguel” se afastasse com rumo a Ponta Delgada.



Uma fotografia histórica: Os sobreviventes do caça-minas “Augusto Castilho” que se salvaram depois de uma viagem de 200 milhas a remos, no mar dos Açores.

”O paquete está salvo”, disse o comandante para o imediato. O navio esgotara as munições e havia que proceder ao salvamento da guarnição. Porém, uma última descarga atingiu mortalmente o próprio comandante. O combate saldara-se por 6 mortos e 15 feridos. O implacável inimigo deixara

os náufragos abandonados à sua sorte. Cerca de 50 horas depois chegava à ilha de Santa Maria o salva-vidas do navio com 29 náufragos, 11 dos quais feridos. Outros 12 sobreviventes, entre os quais o Guarda-marinha Manuel Armando Ferraz que era o imediato do navio, dos quais apenas 4 estavam ilesos, remaram 200 milhas durante 6 dias e atingiram a ponta do Arnel, na ilha de S. Miguel.



Paquete “S. Miguel”, salvo pelo “Augusto Castilho”.

A GUERRA SUBMARINA

Entre 24 de Agosto de 1916, quando a canhoneira “lbo” perseguiu o U-22 ao largo da Madeira, até ao dia 14 de Outubro de 1918, data em que o U-139 afundou o caça-minas “Augusto Castilho” no mar dos Açores, a Marinha teve encontros com submarinos alemães por 18 vezes, tendo o último sido o mais trágico. Apesar da persistente caça que foi feita aos submarinos alemães pelos navios da Armada, eles conseguiram afundar navios fundeados em S. Vicente e no Funchal, bombardear as cidades do Funchal e Ponta Delgada, para além de terem causado significativas baixas à navegação mercante portuguesa.

A aviação marítima fôra criada em Portugal por decreto de 28 de Setembro de 1917, tendo sido estabelecido o Centro de Aviação Marítima de

Lisboa. Apesar da escassez dos seus meios, foi-lhe entregue a missão de co-operar na detecção de submarinos alemães na área de aproximação ao porto de Lisboa. Foi numa dessas missões, ao largo do cabo da Roca, que no dia 23 de Agosto de 1918 se despenhou no mar o hidroavião “Tellier” 5, tendo perecido o Segundo-tenente Azeredo e Vasconcelos e o Primeiro-grumete Passos Ferreira, que o tripulavam.

A CAPITULAÇÃO ALEMÃ

No dia 11 de Novembro de 1918 a Alemanha capitulou e a paz foi assinada. Com a sua condição de país vencedor, Portugal assegurou assento na Conferência de Paz e garantiu definitivamente a sua soberania sobre os territórios coloniais, até então discutida e ameaçada.

REFERÊNCIAS

O CORPO DE MARINHEIROS DA ARMADA NO SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO, Edição do Ministério da Marinha, Lisboa, 1956

OS CRUZADORES NA MARINHA PORTUGUESA, Maurício de Oliveira, Editora Marítimo-Colonial, Lisboa, 1966

DUAS NAUS E UM CRUZADOR, Maurício de Oliveira, Editora Marítimo-Colonial, Lisboa, 1945

A MARINHA PORTUGUESA NA GRANDE GUERRA, Jaime do Inso, Anais do Clube Militar Naval, 1937/38/39

O COMBATE DO “AUGUSTO CASTILHO”, Número Especial dos Anais do Clube Militar Naval, 1968

CRONOLOGIA

28-7-1914	Na sequência do assassinato de Serajevo e com o apoio da Alemanha, o Império Austro-Húngaro, declara guerra à Sérvia, que era apoiada pela França, Inglaterra e Rússia.
9-9-1914	O cruzador “S. Gabriel” segue para Cabo Verde para dar protecção aos cabos submarinos.
11-9-1914	O cruzador “Almirante Reis” escolta desde Lisboa a Porto Amélia uma expedição militar destinada ao norte de Moçambique.

5-11-1914	O Batalhão de Marinha comandado pelo Capitão-tenente Coriolano da Costa embarca paquete “Beira” com destino ao sul de Angola.
22-11-1914	Uma força de Marinha comandada pelo Primeiro-tenente Joaquim Costa embarca na “Cazengo” com destino a Cabo Verde.
1-12-1914	Uma expedição militar parte para Angola e Moçambique nos paquetes “Ambaca” e Peninsular”, escoltados primeiro pelo cruzador “Vasco da Gama” e, depois, pelo cruzador “S. Gabriel”.
20-1-1915	Uma outra expedição militar segue para as colónias a bordo dos paquetes “Moçambique” e “Zaire”, escoltados pelo cruzador “Vasco da Gama”.
3-2-1915	Nova expedição segue para as colónias a bordo dos paquetes “Ambaca” e “Portugal”, escoltados pelo cruzador “Adamastor”.
14-5-1915	Um movimento militar iniciado pela Marinha derruba o Governo não democrático de Pimenta de Castro e é constituído um novo Governo.
5-7-1915	Constituída a Divisão Naval de Defesa e Instrução, com o cruzador “Vasco da Gama” como navio-chefe e o Capitão-de-fragata Leote do Rego como seu comandante.
15-8-1915	O Batalhão de Marinha comandado pelo Capitão-tenente Afonso de Cerqueira, toma parte nos combates de Môngua, no sul de Angola.
23-2-1916	O Governo Português decreta o apresamento de todos os navios alemães refugiados em portos portugueses, que a Marinha executa.
9-3-1916	A Alemanha declara guerra a Portugal.
23-5-1916	Embarcações do cruzador “Adamastor” que procediam ao reconhecimento dos canais navegáveis do rio Rovuma foram atacadas da margem alemã, tendo havido 3 marinheiros mortos e alguns feridos.
27-5-1916	Tentativa de travessia do Rio Rovuma em escaleres do cruzador “Adamastor” e da canhoneira “Chaimite”, de que resultou um desastre militar com muitas vítimas.
3-12-1916	O submarino U-83 afunda 3 navios no porto do Funchal e bombardeia a cidade.

15-12-1916	A canhoneira “Beira” ataca um submarino alemão que entrara imerso no Porto Grande de S. Vicente, em Cabo Verde.
26-1-1917	Partida para França do primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português comandado pelo coronel Gomes da Costa.
26-7-1917	Afundamento do caça-minas “Roberto Ivens” ao largo de Cascais, depois de ter embatido numa mina alemã.
5-12-1917	Um movimento militar encabeçado pelo Major Sidónio Pais derruba o Governo.
12-12-1917	O submarino alemão U-155 bombardeou a cidade do Funchal.
26-6-1918	A pedido do comando britânico de Capetown, fôu desembarcada uma força do cruzador “S. Gabriel” que durante alguns dias assegurou a tranquilidade da população europeia da cidade.
23-8-1918	Um hidroavião “Tellier 5” da Aviação Naval pilotado pelo Segundo-tenente Azeredo e Vasconcelos, desapareceu no mar nas proximidades do Cabo da Roca, quando em serviço de patrulha marítima.
14-10-1918	Combate do caça-minas “Augusto Castilho” com o submarino alemão U-139, no mar dos Açores.
11-11-1918	Rendição da Alemanha, final das hostilidades e assinatura do armistício.